



**RELATÓRIO DE VIAGEM –
IV CONGRESSO MUNDIAL DE REGULAÇÃO DE ENERGIA
ATENAS – GRÉCIA
18 A 21 DE OUTUBRO DE 2009**



Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM)

Dezembro 2009

Superintendente de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural

José Cesário Cecchi

Superintendente Adjunta

Ana Beatriz Stepple da Silva Barros

Assessores

Heloise Helena Lopes Maia da Costa
Marcelo Meirinho Caetano

Equipe Técnica

Almir Beserra dos Santos
Ary Silva Junior
Bianca Fernandes Lima (estagiária)
Felipe da Silva Alves
Gilclea Lopes Granada
Guilherme Cordeiro de Biasi
Helio da Cunha Bisaggio
Jáder Conde Rocha
Luciana R. de Moura Estevão
Luciano de Gusmão Veloso
Marco Antonio Barbosa Fidelis
Marcus Vinicius Nepomuceno de Carvalho
Mario Jorge Figueira Confort
Melissa Cristina Pinto Pires Mathias
Patrícia Mannarino Silva
Rebecca Marcal Carnelli
Tathiany Rodrigues Moreira
Washington Luiz Costa Silva

Elaboração da Nota Técnica

Patrícia Mannarino Silva



Nota Técnica nº 016/2009-SCM

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2009

ASSUNTO: RELATÓRIO DE VIAGEM – IV CONGRESSO MUNDIAL DE REGULAÇÃO DE ENERGIA – GRÉCIA, 2009

I. PARTICIPAÇÃO DA ANP

A ANP foi representada por José Cesário Cecchi e Patrícia Mannarino Silva, da Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM/ANP), por Carlos Alberto Xavier Sanches, da Superintendência de Participações Governamentais e por Jose Carlos Frederice, da Coordenadoria de Conteúdo Local.

II. APRESENTAÇÃO

O Congresso Mundial de Regulação de Energia – WFER IV (World Forum on Energy Regulation) ocorre a cada três anos e, em 2009, realizou-se em Atenas, Grécia, entre os dias 18 e 21 de outubro, sendo que os eventos anteriores ocorreram em Montreal (2000), Roma (2003) e Washington (2006). A próxima Conferência está agendada para 2012, em Quebec City, Canadá.

O WFER IV teve como objetivo debater os seguintes temas estratégicos:

1. Segurança e Confiabilidade do Suprimento através de Mercados Competitivos
2. O Papel dos Reguladores em Resposta às Mudanças Climáticas
3. Competitividade e Acessibilidade
4. Independência, Poderes, Responsabilidades, Melhores Práticas e Treinamento dos Reguladores.

O evento teve inúmeras sessões técnicas, contando com 130 palestrantes e mais de 1000 participantes, de cerca de 80 países. Estes fatores, embora tenham contribuído para a diversificação de pontos de vista, levaram a uma abordagem superficial dos temas em função do tempo disponível para cada exposição (cerca de 15 min).

Também cabe ressaltar que, embora o número de países representados tenha sido elevado, foi dada grande ênfase ao suprimento de energia aos países da União Européia. Ficou bastante evidente a preocupação com a diversificação de fornecedores de gás natural para esses países, e com os seus compromissos de redução de emissões de gases do efeito estufa.

Como resultados do evento a serem destacados, cabe mencionar a criação da Confederação Internacional dos Reguladores de Energia – ICER (*International Confederation of Energy Regulators*) e a Declaração dos Reguladores Mundiais de

Energia sobre Mudanças Climáticas (*World Energy Regulators' Statement on Climate Change*).

Esta Nota Técnica relata os principais temas discutidos no evento, com base nas apresentações realizadas e no relatório final do evento (*Closing Statement of the World Forum on Energy Regulation IV*).

III. TEMAS EM DESTAQUE

O WFER IV destacou como principais desafios atuais para o setor de Energia as Mudanças Climáticas, o crescimento econômico nos países em desenvolvimento, as novas tecnologias para fontes renováveis, os recursos necessários para o desenvolvimento de nova infraestrutura e a crise econômica global.

III. 1. SEGURANÇA E CONFIABILIDADE DO SUPRIMENTO

Com relação à Segurança e Confiabilidade do Suprimento, é responsabilidade dos Reguladores incentivar o desenvolvimento de uma infraestrutura de energia que garanta segurança e confiabilidade do suprimento, em compasso com um sistema energético de baixo teor de carbono. Também é necessário garantir um equilíbrio entre segurança, inovação, investimento, acessibilidade e competição.

É necessário prover os incentivos corretos para atrair investimentos para a infraestrutura energética, assim como garantir a estabilidade regulatória e uma abordagem flexível para que o Regulador alcance os objetivos definidos. Também foi destacada a importância da cooperação nas fronteiras, um tema crítico para a União Européia (UE), a fim de facilitar o desenvolvimento de mercados regionais, removendo as barreiras às negociações, viabilizando o investimento em transporte e trazendo mais liquidez aos mercados.

Foi destacada a importância de:

- Mecanismos de Mercado que encorajem investimentos rentáveis
- Alocação de custos (e riscos) justa e transparente, em particular nos mercados regionais e nas infraestruturas interfronteiriças
- Cooperação entre os operadores de sistemas de transporte e entre reguladores dos mercados regionais
- Crescente inovação e evolução das redes de energia, com novos projetos de rede e novas tecnologias de comunicação e de medição
- Financiamento para investimento em infraestrutura em países em desenvolvimento
- Papel do gás natural liquefeito (GNL) na redefinição do comércio internacional de gás natural e na melhoria da segurança do suprimento
- Qualidade da regulação e do monitoramento do suprimento a fim de alcançar o equilíbrio entre a rentabilidade e a qualidade do serviço
- Reguladores de Energia independentes e fortalecidos para supervisionar o funcionamento do Mercado

As incertezas quanto à demanda de energia levam a desafios quanto à decisão de investimentos e a incertezas regulatórias. A alta volatilidade dos preços de energia dificulta as decisões de investimento.

De acordo com a *International Energy Agency*, existe a previsão de aumento de 50% na demanda de GNL, na Europa, nos próximos 5 anos. Em 2030, espera-se a seguinte evolução da oferta de energia: - 47% carvão, - 15% óleo, - 17% gás natural, + 49% nuclear e + 33% renováveis. Para alcançar a segurança no suprimento de energia, deve-se buscar o funcionamento mais flexível dos mercados de energia, os países devem revisar a estrutura de seus mercados de gás natural, e suas políticas nacionais de segurança de suprimento de gás natural, além de melhorar seus planos individuais de emergência.

Dentre os desafios regulatórios na promoção da segurança do suprimento, o *Austrian Energy Regulator* destacou:

- Infraestrutura nas fronteiras:
 - Acesso à capacidade existente: interromper a reserva de capacidade
 - Capacidade técnica insuficiente: garantir o investimento necessário, removendo o conflito de interesses através da separação de atividades
 - Criação de incentivos financeiros apropriados pela cooperação entre transportadores e reguladores
- Novas ferramentas oriundas do 3º Pacote de Energia de UE:
 - Plano de 10 anos de Desenvolvimento da Rede de Transporte de Gás (ENTSO 10yr NDP) e aumento do “*enforcement*” (ainda deficiente)
 - Cooperação regulatória para investimentos não-domésticos
 - Necessidade de “*unbundling*” efetivo
 - Agência de Cooperação dos Reguladores de Energia (ACER) e Rede Européia de Operadores de Redes de Transporte de Gás (ENTSOG) para garantir a cooperação necessária
 - Regulação para a Segurança do Suprimento (minuta)

Quanto à nova oferta de gás natural (GN), a *Association of Oil and Gas Producers* enfatizou o papel das reservas não-convencionais de GN: Tight Sands, gás de xisto (shale gas) e metano de leito de carvão (coal-bed methane). As reservas não-convencionais do Ártico são estimadas em 47 Tcf tecnicamente recuperáveis (não comercial). Esta considera que haverá uma sobreoferta de curto prazo, em função da recessão global, da “revolução” do GN não-convencional na América do Norte e do “surto” na oferta de GNL. Só em relação à frota metaneira, a previsão de aumento é de 329 navios em 2009 para 372 em 2011.

Com relação ao atraso no desenvolvimento da infraestrutura nas fronteiras, a entidade reguladora da Holanda não considera que seja responsabilidade do mercado. A economia destes investimentos está enfraquecida pelo arcabouço regulatório, aprisionada pelas práticas tarifárias, pela alocação dos riscos e pelo processo decisório regulatório. As soluções devem passar por contratos de capacidade de longo prazo padronizados, associados a contratos de commodity, por tarifas permanentes fixadas pelo CAPEX, e pela diferenciação tarifária: antigo X novo, curto prazo X longo prazo, tarifa de saída para uso local X nas fronteiras.

A Gazprom, por sua vez, defendeu a interdependência entre a Europa e a Rússia, e enfatizou que o deslocamento do GN, provocado pelos compromissos de redução de emissões de gases do efeito estufa, não é custo-eficiente e não leva à segurança do suprimento.

Na Sessão Técnica “Gas market regulation: the role of LNG” foi bastante destacado o papel do GNL, que atualmente corresponde a 10% das importações da U.E., e é responsável pelo abastecimento de 55% do gás natural da Espanha. Esta modalidade de transporte de gás natural é considerada fundamental para a segurança do suprimento e contribui para reforçar a fluidez e a competição no mercado de gás natural pois:

- evita questões de fronteira (como ocorre com gasodutos)
- dá flexibilidade para lidar com crises em potencial
- permite a diversificação de fontes
- requer um ambiente regulatório favorável: estabilidade, transparência, previsibilidade

Quanto às tendências globais de regulação, para a EXXON existe um número sem precedente de países introduzindo novas legislações, cujo enfoque está na segurança do suprimento. Ao mesmo tempo, a atividade legislativa está ajudando a viabilizar mercados globais de GN, que está tendo um papel crescente no suprimento mundial. Foi citado que existe um grupo de trabalho para regulação de terminais de GNL na França, cujas principais questões são: a visão de longo prazo e a exceção ao acesso de terceiros (*TPA exemption*).

Segundo a *Comisión Nacional de Energia*, da Espanha, a ERGEG criou uma força-tarefa em 2005 com a finalidade de elaborar o documento *Guidelines for Good Practices in LNG* (GGPLNG), visando uma maior padronização, o estímulo a mercados secundários, evitar ou gerenciar a congestão da infraestrutura. Quanto a este último, a abordagem deverá ser por mecanismos contrários à reserva de capacidade. Destacou-se a contribuição do GNL na Espanha para o aumento da competição, facilitando a entrada de novos players (acesso regulado de terceiros + capacidade extra):

1990	2009
Combustível mais caro	Combustível mais barato
“clube exclusivo”, maioria OECD	Acessível a economias emergentes

Da Sessão “*Incentives for infrastructure investments in developing countries*”, destaca-se a apresentação do estudo liderado pelo Banco Mundial, “*Revisiting Standard Policy Recommendations for the Market Structure in the Power Sector*”, com apoio do Programa de Assistência à Gestão do Setor de Energia (ESMAP) e do Mecanismo Público-privado de Assessoramento em Infraestrutura (PPIAF), que buscou identificar as estruturas de mercado existentes, e o grau de separação ou reintegração desejáveis nos mercados de energia sob as condições encontradas nos países em desenvolvimento, a partir da observação destes mercados em países desenvolvidos.

III. 2. PAPEL DOS REGULADORES FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Quanto ao Papel dos Reguladores frente às Mudanças Climáticas, foi destacado que os objetivos ambiciosos de redução de emissões de gases do efeito estufa representam um grande desafio para a indústria de energia e seus Reguladores. É preciso conciliar questões técnicas, operacionais, mercadológicas e regulatórias a fim de proteger a segurança do sistema e o funcionamento do mercado.

Os Reguladores de energia, no âmbito de suas responsabilidades, têm um papel fundamental como facilitadores da reação do mercado aos desafios climáticos, ajudando a criar um ambiente que conduza à promoção das fontes renováveis, da eficiência energética, do gerenciamento pelo lado da demanda e pela implantação de tecnologias não emissoras ou de baixo teor de carbono.

Dentre os elementos discutidos no WFER IV, quanto ao tema incluem-se:

- Integração dos objetivos das políticas públicas ambientais aos mercados de energia através tanto do arcabouço regulatório quanto das forças competitivas
- Redesenho das redes de transporte e distribuição para permitir a implantação massiva de fontes renováveis de energia e da geração distribuída

- Promoção de políticas de gerenciamento pelo lado da demanda e da participação dos consumidores nos mercados competitivos (chamados “prosumers”)
- Eficiência energética como uma ferramenta para promover economias tanto para produtores quanto para consumidores
- Desenvolvimento de um arcabouço regulatório que atraia investimentos em inovação e P&D, e que conduza à adoção de novas tecnologias voltadas para a eficiência energética e para a geração com baixo teor de carbono, como as “redes inteligentes” e os “medidores inteligentes”

Embora a concepção de políticas energéticas seja um assunto para os governos, os Reguladores de energia, no âmbito de suas responsabilidades, devem considerar cuidadosamente o impacto sobre a competição e os preços. Ou seja, as políticas devem ser implementadas por meios econômicos e sustentáveis, e que não permitam distorções no mercado de energia.

A *European Union Consumer Commission* destacou a importância do papel do cidadão na redução das emissões. E cabe ao regulador melhorar a comunicação com os consumidores, principalmente promovendo a elaboração de contas de energia mais inteligíveis. A Comissão propôs a formação de um grupo de trabalho para definir o melhor “layout” de tais contas. Os consumidores têm encontrado dificuldade não só para pagar as contas de energia, mas também para compreendê-las. Cabe ao regulador viabilizar o exercício da escolha pelo consumidor, e ser mais preciso na definição das demandas por mudança, por exemplo, esclarecendo o significado de “energia verde”, e outros termos.

Para o *European Bank*, a energia elétrica deveria ser vista como a impulsionadora de uma maior eficiência energética na União Européia. Os países OECD devem reduzir suas emissões em 80% até 2050, enquanto os não-OECD devem apresentar maior participação no aumento das emissões. Um relatório da *Eurelectric (Union of the Electricity Industry)*, atribui aos Reguladores a responsabilidade sobre:

- Um maior acesso aos mercados de capitais
- Preços de energia elétrica baseados no Mercado
- Regras de Mercado que viabilizem a integração das fontes renováveis
- A simplificação dos procedimentos de licenciamento
- Um sistema regulatório harmonizado, consistente e estável

A *Danish Energy Regulatory Authority*, destacou que apenas a Alemanha e o Reino Unido cumpriram seus compromissos de redução de emissões, estabelecidos no Protocolo de Kyoto e que os produtores de energias sustentáveis também têm que competir entre si e com outros produtores de energia.

III. 3. COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE

Em relação à Competitividade e Sustentabilidade, destacou-se que está no cerne das atribuições do Regulador conciliar a promoção de mercados competitivos e a acessibilidade ao mesmo, sendo esta tarefa complicada pelas questões ambientais e de segurança do suprimento. Do ponto de vista do mercado, é papel dos Reguladores garantir a transparência, a troca de informações, o acesso não-discriminatório às redes, o investimento e a negociação justa. Do lado do consumidor, cabe àqueles cuidar de sua proteção e promover mecanismos de informação e de comunicação que fortaleçam a participação dos consumidores no mercado.

Dentre os tópicos abordados, destacam-se:

- Necessidade de encorajar a participação dos consumidores no mercado, a fim de promover a competição

- Equilibrar a competitividade do mercado e as obrigações de serviços universais
- Apoiar a mudança de hábitos de consumo para promover os objetivos de proteção ambiental e de eficiência
- Desafios enfrentados pelos usuários industriais
- Necessidade de proteção dos usuários vulneráveis

A Comissão Europeia afirmou que o consumidor está no núcleo da regulação energética europeia, e que é seu objetivo maior garantir preços competitivos e segurança no suprimento de energia. Os consumidores seriam mais bem atendidos por mercados transparentes e competitivos, que oferecem a flexibilidade e a inovação necessárias face aos desafios futuros. A comissão também destacou que os consumidores desejam mudar seus hábitos e reduzir sua própria “pegada” ambiental, e que é seu papel disponibilizar as ferramentas para auxiliá-los neste caminho. A mudança comportamental não deve ocorrer somente entre os consumidores, mas também nos mercados e na sociedade como um todo.

A Comissão Europeia produziu, em conjunto com outros reguladores de energia, consumidores e representantes industriais, as recomendações para a política de informação das contas de energia, e modelos para tais contas. Através do Painel dos Mercados Consumidores os mercados de energia são monitorados a fim de verificar seu impacto sobre os consumidores residenciais. Atualmente, a comissão está aprofundando o estudo do mercado atacadista de energia da UE para estabelecer um melhor conhecimento de suas questões. Deseja-se garantir que os Estados Membros definam quem são seus consumidores vulneráveis, de modo garantir a competição sem afetar negativamente aqueles que não podem pagar por suas contas de energia.

III. 4. INDEPENDÊNCIA, PODERES, RESPONSABILIDADES, MELHORES PRÁTICAS E TREINAMENTO DOS REGULADORES

A respeito da Independência, Poderes, Responsabilidades, Melhores Práticas e Treinamento dos Reguladores, foi evidenciado que a mudança radical, observada no panorama de demanda de energia, requer mais habilidades e uma maior cooperação entre os Reguladores, especialmente em relação à sua habilidade em equilibrar a preservação do interesse público e promover o adequado funcionamento do mercado. Isto inclui:

- O conjunto de habilidades essenciais dos Reguladores: econômicas, legais, de engenharia, e de políticas públicas, e suas relações interdisciplinares
- A interdependência entre reguladores de energia e de finanças na supervisão dos mercados de commodities de energia, assim como entre os reguladores de energia e os organismos de proteção à competição
- A abordagem regulatória no desenvolvimento de questões globais de energia, como as Mudanças Climáticas e o mercado mundial de GNL
- O risco de captura regulatória e a necessidade de uma regulação de energia independente e objetiva
- A cooperação entre Reguladores como meio de melhorar a coerência e a convergência do mercado, em particular as negociações envolvendo fronteiras e o desenvolvimento de mercados regionais
- Os princípios de governança regulatória, a prestação de contas, a transparência, a independência e a estabilidade.

Na Sessão “*Energy and financial markets interdependency issues*”, foi destacado que a regulação financeira atual não é adequada para garantir a integridade dos mercados de energia. A Market Abuse Directive (MAD) não abrange mercado físico de energia, e traz uma cobertura incompleta dos derivativos de energia. Os reguladores de energia (EREG) e de seguros (CESR) propõem que seja introduzida na legislação do setor de energia, a divulgação de informações que possam influenciar preços nos mercados físicos e de derivativos. Foram destacados os aspectos da integridade e da transparência do mercado, e da cooperação intersetorial e internacional. Também foi citado o documento de discussão do governo britânico, “Regulatory Impact Assessment”.

A plenária “*The role of regulators in policy making with regard to the public interest*” enfatizou a importância dos conhecimentos multidisciplinares que os agentes de regulação devem ter, nos âmbitos técnico, econômico, financeiro e legal. A Diretoria de Energia da Comissão Europeia destacou a ênfase maior à Regulação dada pelo 3º Pacote de Energia da EU, que incluiu 6 artigos (5,5 páginas) sobre os agentes nacionais de regulação. Também foram mencionadas as incompatibilidades entre mercados liberalizados e os compromissos com as Mudanças Climáticas, as implicações do aumento do uso de fontes renováveis, a necessidade de coordenação e integração dos mercados (não apenas os fronteiriços) e o fato de que os modelos nacionalizados podem favorecer a captura regulatória.

A Sessão sobre “*Cooperation among regulators and regional associations*” trouxe a experiência da *Canadian Association of Members of Public Utility Tribunals* (CAMPUT), quanto à elaboração de memorandos de entendimento entre os órgãos reguladores, no caso de sobreposição de jurisdições e de questões relativas à confiabilidade. Foi citada também a existência do Major Projects Management Office, único canal de entrada de processos regulatórios federais.

A *Florence School of Regulation* fez uma apresentação sobre a nova plataforma web da *International Energy Regulators Network* (IERN), que apresenta uma ferramenta de web map e permite a atualização das informações pelos próprios Reguladores. Foram mencionados alguns projetos piloto como (i) Grupos de trabalho virtuais sobre Segurança do suprimento, Mudanças Climáticas, Competitividade, Melhores práticas em regulação, e Treinamento, e (ii) Enciclopédia no estilo Wikipedia. Com relação à criação de redes de troca de experiências entre Reguladores, a instituição considera como motivadores:

- Coordenação dos “links” físicos
- Coordenação de políticas regionais
- Interesses globais x regionais
- Atração de financiamento externo para infraestrutura
- Interesses de pesquisas em comum

Porém, destaca alguns “custos”:

- Os objetivos dos membros fundadores são comuns?
- Recursos financeiros
- Observar se há melhoria na performance
- Determinar qual o tamanho ótimo da rede
- Existência de programas efetivos de treinamento

IV. CONFEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS REGULADORES DE ENERGIA – ICER (INTERNATIONAL CONFEDERATION OF ENERGY REGULATORS)

A ICER foi criada como demonstração do comprometimento das 11 associações regionais de regulação de energia, em melhorar o diálogo internacional e a

cooperação. Ela visa garantir a continuidade e a visibilidade do trabalho dos reguladores de energia e sensibilizar tanto os decisores políticos quanto o público em geral. Sua criação pretende melhorar o entendimento quanto ao papel da regulação em todo o espectro sócio-econômico, ambiental e de mercado. O contato regular, e a colaboração entre Reguladores, têm a finalidade de, não só facilitar a troca de informações e de melhores práticas, como também de contribuir com a sustentabilidade do planeta.

A ICER pretende estabelecer grupos de trabalho virtuais para continuarem a discussão dos quatro temas centrais do WFER IV.

O conteúdo da declaração que cria a ICER se encontra no Anexo 1.

V. DECLARAÇÃO DOS REGULADORES MUNDIAIS DE ENERGIA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (WORLD ENERGY REGULATORS' STATEMENT ON CLIMATE CHANGE)

Os Reguladores mundiais de energia confirmaram seu apoio aos compromissos de redução de emissões de gases do efeito estufa e estão cientes dos desafios impostos ao setor de energia. Com foco na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, em dezembro de 2010, em Copenhagen, foi elaborado um documento com uma série de compromissos destes Reguladores quanto a ações a serem tomadas em resposta às Mudanças Climáticas.

A íntegra da Declaração está no Anexo 2.

VI. REFERÊNCIAS

- Closing Statement of the World Forum on Energy Regulation IV (WFER IV), 21 October 2009, Athens, Greece.
- Anotações próprias.

ANEXO 1

WORLD FORUM ON ENERGY REGULATION IV



www.worldforumIV.info



International Confederation of Energy Regulators (ICER) Inaugural Announcement

19 October 2009

At the time of its establishment, ICER brings together 11 regional energy regulatory associations, representing over 200 regulatory authorities and spanning 6 continents.

Our Vision

A voluntary framework for the cooperation of the world's energy regulators on issues of a global nature which affect energy markets

Our Mission

- To raise the profile and public awareness of the work of national energy regulators in monitoring electricity and gas markets and safeguarding consumer interests
- To provide an open platform for energy regulators to pursue joint values and goals
 - To reconcile market mechanisms with public service objectives
 - To provide a significant contribution towards a sustainable planet

Our Values

- Open communication and information sharing
- Professional excellence through training and education
- Collaboration, information exchange and cooperation through continuous dialogue

Our Goals

- Increased understanding and awareness of energy regulation
- Ever-improving effectiveness of energy regulation

Our Strategies

- To lead by advancing knowledge, research, debate and the exchange of ideas
 - To share and learn from each other's experience and practices
- To promote open communication and cooperation on issues of mutual interest
- To inform customers, world leaders and policy-makers of the important role of energy regulation

www.iern.net



WORLD FORUM ON ENERGY REGULATION IV



www.worldforumIV.info



Introduction of ICER

On 19 October 2009, at the fourth World Forum on Energy Regulation (WFER IV) in Athens, energy regulators announced the establishment of the International Confederation of Energy Regulators (ICER). ICER makes use of the foundation set by www.iern.net, a web-based platform for exchange of information, established by the 2nd World Forum on Energy Regulation (WFER) in 2003 and confirmed by the 3rd World Forum on Energy Regulation (WFER) in 2006.

ICER will provide a voluntary framework for cooperation between energy regulators from around the globe. Our aim is to improve public and policy-maker awareness and understanding of energy regulation and its role in addressing a wide spectrum of socio-economic, environmental and market issues. By establishing this voluntary confederation, with regular and structured contacts and cooperation between regulators, we hope to exchange information and best practices in the regulation field and to contribute to the evolution towards a sustainable planet.

To this end, we will establish virtual working groups to undertake joint analysis of a variety of regulatory topics and to promote exchanges on training and education practices. We will focus our work around 4 key areas, drawn from the 4 themes of the WFER IV:

- Theme 1: Reliability and security of supply
- Theme 2: The role of regulators in responding to climate change
- Theme 3: Competitiveness and affordability
- Theme 4: The independence, powers, responsibilities, best practices and training of regulators

Overview of our Approach

ICER will be supported by the existing IERN web platform, where information on over 300 regulatory authorities and energy events is available. The work will be undertaken through 4 virtual working groups, composed of representatives from the various regional regulatory associations. Our collaboration may take multiple forms, benchmarking or surveys, position papers and studies, exchange programmes and professional training courses.

Through this approach, we plan to ensure that in the 3 years before the next WFER we witness continuing contacts between regulators as they face similar challenges, irrespective of their different national circumstances or regulatory arrangements. ICER will allow the exchange of mutually beneficial information, including an increased awareness of trends in market designs, regulatory models, sustainability and security of supply. To provide continuity to ICER's work and its close link with the WFERs, the first ICER Chair will be Lord Mogg, President of the Council of European Energy Regulators (CEER), who will help regulators to take this next step for developing cooperation and communication between regulators at international level.

You can follow our work and learn more about energy regulation by visiting www.iern.net. For more information, you can also contact the ICER Secretariat at worldforumiv@rae.gr.



WORLD FORUM ON ENERGY REGULATION IV



www.worldforumIV.info



Background Notes

1. The following regional regulatory associations are ICER Founding Members:

AFUR : African Forum for Utility Regulators
ARIAE : Asociación Iberoamericana de Entidades Reguladoras de la Energía
CAMPUT : Canadian Association of Members of Public Utility Tribunals
CEER : Council of European Energy Regulators
EAPIRF : East Asia and Pacific Infrastructure Regulatory Forum
ERRA : Energy Regulators Regional Association
MEDREG : Mediterranean Gas and Energy Regulators Assembly
NARUC : National Association of Regulatory Utility Commissioners
OOCUR : Organization of Caribbean Utility Regulators
RERA : Regional Electricity Regulators Association
SAFIR : South Asian Forum for Infrastructure Regulation

In respect of ERRA, MEDREG, NARUC and SAFIR formal confirmation will be necessary.

2. The World Forum on Energy Regulation (WFER) was created as a cooperative effort by the world's main regional regulatory associations. It aims at providing a forum where energy regulators and other energy market stakeholders may discuss issues and experiences of common interest. Four editions of this unique international congress dedicated exclusively to energy regulation have taken place to date:

WFER I : Montreal, Canada in October 2000 (CAMPUT);
WFER II : Rome, Italy in October 2003 (AEEG);
WFER III : Washington DC, USA in October 2006 (NARUC);
WFER IV : Athens, Greece in October 2009 (RAE/CEER).

3. To meet new and growing contacts between regulators: www.iern.net. The International Energy Regulation Network (IERN) was launched during the WFER III in 2006 and aims to provide a permanent platform for information exchange and dialogue. IERN offers information about training courses, conferences and online resources on energy regulation. IERN is managed by the Florence School of Regulation (FSR) in close cooperation with Council of European Energy Regulators (CEER). The IERN web platform was revamped in 2009.

For further information on the International Confederation of Energy Regulators, please contact:

Mrs Fay Geitona
Tel. +32 2 788 73 30
e-mail: fay.geitona@ceer.eu

Press contact:

Mrs Una Shortall
Mobile +32 484 66 85 99
una.shortall@ceer.eu

Also visit the following websites:

www.iern.net
<http://www.worldforumiv.info>

ANEXO 2

International Confederation of Energy Regulators



World Energy Regulators' Statement on Climate Change

Energy regulators worldwide commit
themselves to eight actions to meet the
challenge of climate change

World Forum on Energy Regulation IV
Athens, 20 October 2009

1



World Energy Regulators' Statement on Climate Change

We address this statement to governments, policy-makers, industry, academics and consumers of the energy world with the objective of contributing positively to ongoing discussions on the means of achieving our common end.

Energy regulators from across the globe (coming together at the World Forum on Energy Regulation (WFER IV) in Athens in October 2009) have intensified their international dialogue and cooperation by establishing a new International Confederation of Energy Regulators (ICER). In addition, national energy regulators acting through their regional associations will take full advantage of the establishment of ICER to make a positive contribution towards meeting the challenges of both climate change and energy regulation issues of global interest. ICER's first output is the World Energy Regulators' Statement on Climate Change.

Our objective is to commit ourselves to a set of substantive actions within our areas of responsibility and express our commitment to play a major role by overseeing the development of efficient and climate responsible energy markets. In view of the United Nations Climate Change Convention in Copenhagen (December 2009), we encourage all parties to cooperate in reaching a comprehensive agreement that provides a clear framework for all to deliver greenhouse gas (GHG) reductions.

Investors need clarity and certainty in the energy sector in the long-term not least because of the long lead-times for investments. Major investments will be required to deliver new resources and energy efficiency measures and to implement the necessary structural changes, including smart grids, which are crucial in energy markets and energy infrastructure.



World Energy Regulators' Commitments on Climate Change Actions and Next Steps

We energy regulators, within the ambit of our respective responsibilities and jurisdictions, commit to the following concrete actions:

1. *Creating a new International Confederation of Energy Regulators (ICER)* to take forward our international cooperation and dialogue on global issues such as climate change. ICER (created following the Fourth World Forum on Energy Regulation in Athens in October 2009) will comprise 11 regional associations of energy regulators worldwide with international working groups, including one on the regulatory aspects of climate change;
2. *Supporting the delivery of energy* to all in developing markets within the context of rising energy costs and environmental constraints;
3. *Promoting energy efficiency*. Regulators will prepare a report for the Energy Ministers of the G8 countries on best regulatory practices regarding the promotion of energy efficiency. This report (which will take account of differences in market structures, operational models and stages of development) will be presented to the next meeting of the G8 Energy Ministers;
4. *Conducting a review of renewable energy and distributed generation*. ICER's working group on climate change will produce a report which will include case studies and examples of best practices on the integration of renewable and distributed generation into the overall energy supply and their impact on the grid and competition;
5. *Sharing best practice for use world-wide* (where appropriate) and developing new approaches on regulatory issues which are central to meeting greenhouse gas (GHG) emissions targets. We will explore ways of maintaining a climate for timely, well-targeted and efficient investments in grid infrastructure and energy efficiency;
6. *Working in close cooperation with our nearest neighbours* and within the ambit of our responsibilities, we will foster stronger network interconnection and facilitate compatibility of our regulatory frameworks in order to create more efficient energy systems and provide clarity and certainty to the market;
7. *We will further reinforce our engagement in the international climate change process*, with energy regulatory associations participating as observers to the sessions of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC);
8. *Promoting reliable energy supply and reasonable energy costs to all consumers* which lies at the heart of regulators' work. Within our respective mandates and jurisdictions, we will continue to balance the interests of suppliers, consumers, transporters and distributors, all facing significant changes in the world's energy markets, in helping to build a secure and sustainable energy future.

To implement the outcomes of the UNFCC Conference in Copenhagen (December 2009) will require close coordination of the entire international community. The detailed policy choices and investment decisions will vary across different countries. However, energy regulators will engage constructively on the basis of the actions elaborated above. We look forward to successful discussions at the UNFCC Copenhagen Conference and to playing our part in contributing to the achievement of climate change objectives through efficient and competitive energy markets. Energy regulators stand ready to play an important role by overseeing efficient and climate responsible energy markets.



Background: the Role of Energy Regulators In meeting the challenge of Climate Change

Energy regulation, which sets the framework for the delivery of energy to all consumers, is a key factor in achieving greenhouse gas (GHG) reductions, taking into account the different stages of development of our energy markets and economies.

Setting enforceable targets for GHG reductions and devising coherent energy policies are matters for governments; but energy regulators can play an important role on the ground and regulators can make a positive contribution on a number of regulatory and market issues with both direct and indirect consequences for consumers, the markets, energy networks and, ultimately, climate change objectives. Thus, energy regulators can help devise different regimes to adapt energy consumption patterns, address regulatory barriers to allow a predictable and stable regulatory framework for investments and facilitate the effective deployment of R&D technologies, where appropriate. The following list illustrates some areas where energy regulators make a contribution in meeting the climate change challenge:

- Regulatory stability – long term framework
- Developing appropriate incentives for companies to meet public policy objectives
- Setting tariffs that correctly assess costs, creating support schemes for non-carbon or low-carbon emitting resources, etc.
- Market monitoring and transparency
- Investments in existing and new infrastructure
- Investments in research for and demonstration of new technologies and processes
- Modernisation of grid design and operation, including standards for grid interoperability
- Integration into the grid of non-carbon or low-carbon emitting resources
- Energy efficiency – both of network operations and end-consumption
- Advent of energy services and other demand-side measures
- Interoperability standards that open markets to new participants and technological innovation

In addressing these different aspects, energy regulators must carefully consider the impact on consumers and must also ensure a level playing field for all market participants.

Redefining electricity and natural gas supply to be part of a new cleaner energy future will be an enormous challenge, in particular as new resources (renewables, distributed generation, etc.) are integrated into the power grids and new methods are implemented which increase energy efficiency. This section highlights some of the key ways in which energy regulation can help in managing the transition to a low-carbon economy.

Electricity Grids and Infrastructure

The electricity grid is the platform that enables generation to be transported to consumption. The grids need to be planned and operated in an efficient way to make it possible to accommodate generation from new sources and to use the existing capacity. Some energy regulators have the task of regulating and incentivising grid operators. Together with other elements of the investment environment, regulators influence the development of the grids through regulatory regimes. By taking into account the potential of regulatory decisions and models to guide the evolution of grid infrastructure, regulators can actively contribute to the adaptation of new environmental regulations.

Energy infrastructure is undergoing a process of modernisation, through the introduction of enhanced information and communication technologies. Behind this, there is a growing need for the replacement of aging network infrastructure and the emerging need for improved infrastructure from the deployment of non-carbon or low-carbon emitting resources and energy efficiency measures. Investments in grids need to be carried out to introduce intelligent technologies that will benefit consumers and also help to reach GHG reduction targets. Regulators should consider the public interest implications of these investments. As an example, smart grids, offering increased accuracy and real-time flexibility resulting in energy savings, have the potential to support higher penetration of renewable generation, more competition from the demand side and improved system operation; with higher reliability, improved quality of service and reduced energy losses.

Regulators can also play an important role in ensuring interoperability and open access to grids and energy services, in particular by providing guidelines and standards to be applied by all market participants. Transparency, compatibility and a level-playing field in the market are crucial to ensuring an efficient allocation of resources and sound market operations.

In order to attain the level of investments needed, a clear framework is required to signal the value of reducing and avoiding carbon emissions. Long-term clarity of direction is key for investors and market functioning.

Energy Efficiency

Energy efficiency is a key tool as it reduces emissions and can also contribute to security of energy supply and affordability. This requires policies that facilitate energy services and raise consumer awareness and understanding. Demand-side response can also help accommodate integration of renewables. A possible tool here is the widespread adoption of smart meters, already implemented in some countries and jurisdictions, and under consideration in others. Regulators can help to promote substantial improvements in energy efficiency policies by treating energy efficiency as a demand-side resource; supporting cost-effective energy efficiency and market transformation programmes; considering tariff structures and ratemaking frameworks that remove disincentives to, and provide appropriate incentives for effective implementation of efficiency programmes; implementing applicable energy efficiency performance standards; and supporting initiatives that encourage consumers in controlling their energy bills through more efficient energy use.

Security of Supply

Regulators emphasise the importance of analysing future energy demand and increasing its predictability, to ensure there is sufficient capacity when needed and that security and reliability of energy supply are not compromised. This will be all the more important in the coming years, in view of changing consumption profiles as a result of the effects of global socio-economic development, energy efficiency measures and an increased reliance on electricity to power our economies.

International cooperation and spreading best regulatory practice

Energy regulators across the world have determined to establish new ways to co-operate using the most efficient means and regulatory tools available to us to address the new challenges and complex goals arising from the management of the transformation of energy networks to achieve GHG reductions notably through the new International Confederation of Energy Regulators (ICER). Global GHG reductions could be better handled if the best available regulatory schemes are used world-wide, where appropriate. World-wide regulatory cooperation would facilitate exchange of information to the benefit of all.



Signatories of the World Energy Climate Change Statement

We address this statement to governments and policy-makers as well as the industry, academics and consumers of the energy world, with the objective of contributing positively to ongoing discussions on the means to achieving our common end.

Signatories



AFUR
African Forum for Utility Regulators



ARIAE
Asociación Iberoamericana de Entidades Reguladoras de la Energía (of Latin America)



CAMPUT
Canadian Association of Members of Public Utility Tribunals



CEER
Council of European Energy Regulators



EAPIRF
East Asia and Pacific Infrastructure Regulatory Forum



ERRA
Energy Regulators Regional Association (Central Europe and Eurasia)



MEDREG
Mediterranean Gas and Energy Regulators Assembly



NARUC
National Association of Regulatory Utility Commissioners (USA)



OOCUR
Organization of Caribbean Utility Regulators



RERA
Regional Electricity Regulators Association of Southern Africa



SAFIR
South Asian Forum for Infrastructure Regulation (subject to formal confirmation)

For further information on the International Confederation of Energy Regulators, please contact:

Mrs Fay Geitona
Tel. +32 2 788 73 30
e-mail: fay.geitona@ceer.eu

Press contact:
Mrs Una Shortall
Mobile +32 484 66 85 99
una.shortall@ceer.eu

Also visit the following websites:

www.iern.net
<http://www.worldforumiv.info>